

OCUPAÇÃO/INVASÃO

A repercussão da movimentação estudantil

Passadas três semanas da ocupação da Reitoria pelos estudantes e duas da invasão policial ao câmpus, a discussão sobre o movimento ainda é intensa dentro e fora da PUC-SP.

Várias entidades e pessoas continuam manifestando sua adesão ao abaixo-assinado redigido pela APROPUC; no câmpus Monte Alegre, diversas unidades posicionaram-se sobre os mais diferentes pontos do movimento; professores e entidades escreveram ao *PUCviva* expressando suas opiniões. É esta movimentação que pretendemos retratar aos nossos leitores nesta edição.

Os professores, por seu lado, continuaram a se reunir na APROPUC, buscando avaliar a complexa situação, que expressa conflitos e posições distintas. Para os docentes, é importante que as divergências se processem coletivamente. Na reunião do dia 14/11, os professores concluíram pela necessidade da restauração imediata das relações democráticas na universidade. Por outro lado, discutiu-se uma eventual mudança da data final

do redesenho. A questão será retomada em nova reunião aberta nesta quarta-feira, 28/11, às 18h, na sede da APROPUC.

Procedimento semelhante foi adotado pela AFAPUC, que na sua assembléia de 14/11 deliberou pelo adiamento da data-limite, por ora fixada em 12/12. Os funcionários administrativos convocaram nova assembléia para esta terça-feira, 27/11, às 14h, na sala 239, com pauta única tratando do redesenho.

Consun adiado

O Conselho Universitário que seria realizado na quarta-feira, 21/11, foi adiado para 28/11, com uma pauta ampliada, que incluirá os procedimentos para a seqüência do processo de redesenho.

Paralelamente, os estudantes preparam um plebiscito que pretende questionar toda a comunidade puquiana sobre a mudança na data para definição do modelo de redesenho a ser adotado pela PUC-SP.

A professora Mariângela Belfiore, presidente da Comissão de Redesenho Institucional (Cori), declarou que a Comissão somente tomará posição formal sobre a mudança de data na reunião do Consun.

Procurada pelo *PUCviva*, a Reitoria não se manifestou sobre o assunto até o fechamento desta edição.



LANÇAMENTO
Debate retoma a discussão
sobre meio ambiente

Lugar da APROPUC na crise

Uma crise manifesta forças opostas e as obriga a expor o que pensam. Mas não tem o poder de exigir clareza de pensamento das partes em conflito. É no campo ideológico que se escondem ou se revelam os interesses materiais em jogo. O poder questionado na forma de luta social faz da arena ideológica o refúgio dos interesses que defende. Precisa atuar de forma que os objetivos particulares pareçam universais ou corresponder aos da maioria.

Entendemos que os ataques às posições da APROPUC, por representantes diretos ou indiretos do poder, como os que aqui se expressam nas páginas do *Fala Comunidade*, e os que se espalham pelos corredores da Internet, se dão nesse terreno. A melhor maneira de obscurecer os fatos e deformar as posições da APROPUC é desligá-los da realidade maior e espalhar inverdades e suspeitas.

Qual o lugar da APROPUC na crise? Foi o de atuar para que os estudantes fossem ouvidos em suas reivindicações e que a Reitoria não usasse a polícia. Trabalhamos pela via política contra a via policial.

Qualquer crítico sério e de boa fé está obrigado a partir dessa nossa conduta e nela concluir. Acusações ou suspeições lançadas ao léu de que a APROPUC estava por detrás da ocupação, de que os estudantes usaram a sede como espaço de confecção de cartazes, que financiamos etc é uma falsidade sem tamanho. Sempre assumimos abertamente o que fazemos e o que pensamos.

É preciso lembrar que a APROPUC sempre apoiou movimentos sociais, como fazem todas entidades sindicais conseqüentes com seu papel político. No presente caso, o único pedido dos estudantes foi a caixa de som, que certamente nossos adversários também vão condenar.

Voltemos ao fundamental. A ocupação estudantil da Reitoria ocorreu de maneira inesperada para as Associações de professores e funcionários. A diretoria se posicionou reconhecendo a justeza das críticas ao processo burocrático e excludente de elaboração do Redesenho. Coube à APROPUC e AFAPUC participarem com o objetivo de abrir a discussão das reivindicações com a Reitoria.

Na primeira vez, a Reitoria rejeitou com o argumento de que estávamos comprometidos com a ocupação. Depois fez de conta que aceitava, usou a artimanha de encontro informal, indicou quais diretores da APROPUC poderiam participar. Mostramos que havia apoio político ao movimento no que tocava aos pontos explicitados na declaração inicial da diretoria, portanto não havia o que esconder.

Mostramos que o problema não partia de saber quem apoiava ou não a ocupação, mas de saber se a sua saída seria política ou policial. A APROPUC e a AFAPUC podiam pleitear a reivindicação de abrir a discussão e não reprimir os estudantes porque não faziam parte da ocupação, ou seja, não havia nenhuma decisão de ocupar por parte de professores e funcionários.

Eis também uma outra decisão da diretoria: não influenciar as decisões estudantis. Apoiar os estudantes contra a repressão não implicava defender posição do que deveriam fazer ou deixar de fazer. Frente à Reitoria, defender a via política de discussão e decisão estritamente interna à universidade.

O que queriam e querem nossos adversários ou críticos? Que a diretoria da APROPUC condenasse a ocupação, e portanto se

unisse à Reitoria e Fundação. Ou então que condenasse a ocupação e fizesse gestão junto à Reitoria para não reprimir.

Agora temos mais visíveis três posições: 1. Apoiar a reivindicação dos estudantes por considerá-la justa e atuar no sentido da abertura de discussão; 2. Condenar a ocupação e apoiar a Reitoria; 3. Condenar a ocupação e pedir abertura de negociação. A primeira e a segunda são as mais claras e conseqüentes político e socialmente. Aquela levava a APROPUC à luta contra a saída policial; e esta levava a atacar repressivamente os estudantes. A terceira obscurecia os lados em confronto. A condenação da ocupação colocaria a APROPUC do lado da Reitoria, e daria justificativa política para o uso da tropa de choque. De nada adiantaria posterior condenação da Reitoria pela prática da força, pois não passaria de uma formalidade e hipocrisia.

Depois da invasão policial da universidade, os protagonistas das duas posições se explicitam contra a posição da diretoria da APROPUC. Uma delas quer fazer transparecer que a diretoria da APROPUC foi responsável pela ocupação e que usou artimanhas. Quer bombardear pela moral para abater nossas atitudes políticas. Outra pretende que refaçamos nossas posições, como mea culpa, procurando dar um sentido democrático às divergências. É preciso distinguir essas duas posturas.

A ocupação teve uma importante conseqüência: expôs de maneira contundente o processo burocrático-autoritário de reforma institucional, exigida pelo Ministério Público, a serviço dos bancos credores. A Igreja tem interesse em manter seu patrimônio recuperando-o do déficit financeiro, os bancos têm interesse em reaver seus capitais com alta lucratividade e a burocracia universitária tem interesse em manter-se na estrutura de poder em uma PUC-SP transformada em empresa.

Salvar a PUC-SP – como diz a Reitoria – significa salvar capitais e para isso não mais importam custos sociais e políticos. A maioria não foi capaz de lutar pela saída progressiva da crise estrutural da instituição, que é sua transformação em universidade pública e gratuita. Então se avançam as diretrizes mercantilistas, apoiadas numa feroz tendência privatizante do ensino nas últimas décadas.

Nossos adversários querem que coloquemos a APROPUC a serviço dessa tendência. Esse é o conteúdo do embate que recrudescer desde 2005 com a maximização e demissões em massa. Resistimos às pressões para que a APROPUC se tornasse apêndice da burocracia voltada à remodelação mercantilista. Com a ocupação, essas posições foram recolocadas.

A ala direita do status quo, representante da mentalidade repressiva, quer se ver livre de nossas posições, acobertando o fato da PUC-SP estar sob o manejo dos bancos credores. O trabalho dos professores e funcionários e as condições de estudo dos estudantes estão sob essa força material, que em última instância passou a condicionar diretamente a condução da PUC-SP.

A isso resistimos! Chamamos os professores a compreenderem criticamente essa situação e se contraporem ao mercantilismo do ensino e da cultura. Esse tem sido o papel da APROPUC.

*Erson Martins de Oliveira,
Diretor da APROPUC.*

PUCViva

Publicação da Associação dos Professores da PUC-SP e da Associação dos Funcionários da PUC-SP.

Apropuc: Rua Bartira 407 – CEP: 05009-000 – Fone: 3872-2685.

Afapuc: Rua Cardoso de Almeida 990 – Sala CA 02 – Fone: 3670-8208.

PUCViva: 3670-8004 - **Correio Eletrônico:** pucviva.jornal@uol.com.br

PUCViva na Internet: www.apropucsp.org.br

As matérias assinadas não expressam necessariamente as posições das entidades e da redação.

Editor: Valdir Mengardo

Sub-editor: Leandro Divera

Reportagem: Jaqueline Nikiforos e Filippo Cecilio

Fotografia: Fábio Nassif e Julia Chequer

Projeto Gráfico, Edição de Arte e Editoração:

Valdir Mengardo e Ana Lúcia Guimarães

Violência na PUC-SP segue gerando indignação e revolta

Nesta edição, continuamos a repercutir as manifestações de apoio ao abaixo-assinado encabeçado pela APROPUC, que condena a escolha da Reitoria pela intervenção militar para “resolver” problemas internos à universidade, não considerando a possibilidade de diálogo com os estudantes.

Entidades:

“O Fórum Paulista GLBTT (Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais) manifesta seu integral apoio à luta dos estudantes da PUC-SP contra a ditadura monetária que se instaurou nesta universidade, com graves conseqüências para a permanência de centenas de estudantes – condenados à evasão – e também para a qualidade de ensino e principalmente para a história desta instituição de ensino superior”. *Fórum Paulista GLBTT*

“O Comitê Pró-Haiti manifesta sua indignação frente à reação da Reitoria da PUC-SP, diante do legítimo ato de ocupação, pelos estudantes, do espaço onde se deveria tratar de política séria e não de entreguismo, como está acontecendo. E mais: qualifica como covarde o ato de pressionar os alunos através de um pedido de reintegração de posse do espaço ocupado junto ao Ministério Público”. *Comitê Pró-Haiti*

Fundação Operária de São Paulo – FOSP
Confederação Operária Brasileira – COB
Associação Continental Americana do Trabalho – ACAT

Associação Internacional dos Trabalhadores – AIT

Identidade – Grupo de Ação pela cidadania de Lésbicas, Gays, Travestis, Transexuais e Bissexuais

Professores e Alunos da Faculdade de Psicologia da PUC-SP

Faculdade de Serviço Social da PUC-SP

Apoios individuais:

Alexandre Trevizzano – Comissão de Direitos Humanos do Sindicato dos Advogados de São Paulo

Ângela Amaral – Faculdade de Serviço Social da UFPE

Celso Frederico – Professor da ECA-USP
Cláudia Mônica dos Santos – Coordenadora da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora

Cleier Marconsin – Faculdade de Serviço Social da UERJ

Dirceu Travesso – Conlutas

Elaine Bering – Professora da Faculdade de Serviço Social da UERJ e diretora executiva da Alaetis

Elisa Brizola – Professora de Serviço Social da Unitaú e vice-presidente da Abepss Sul-II
Eugênia Célia Raizer – Professora de Serviço Social da UFES

Franci Gomes Cardoso – Universidade Federal do Maranhão

Francisco Fonseca – Ex-professor da PUC-SP e professor da FGV

Gilberto L. Teixeira – Centro Universitário Fundação Santo André

Glauco Gegnia – Ex-professor da PUC-SP

Graciela Foglia – UFMG

Ivan Cotrim – Fundação Santo André

Joana Coutinho – Ciências Políticas – Universidade Federal do Maranhão

João Quartim de Moraes – USP

João Mauro A. Santos – IFP – São Gonçalo (RJ)

Jorge Rafael Renard – Ex-professor da PUC-SP

José Pablo Bentura – Facultad de Ciencias Sociales da la Universidad de la República, Uruguai

Josefa Batista Lopes – UFMA – Coordena-

dora Nacional de Pós-Graduação da Abepss
Juliana Abramides Santos – Assistente Social de Taboão da Serra

Lúcio Flávio R. Almeida – professor da PUC-SP

Luiza Aparecida Barros – Assistente Social
Marcos Sokol – Diretório Nacional do PT

Maria Inês Souza Bravo – Professora de Serviço Social da UERJ e diretora da Alaetis

Maria Lúcia Silva Barroso – Professora da pós-graduação de Serviço Social da PUC-SP

Maria Malta Campos – Faculdade de Educação da PUC-SP

Maria Pamplona Dias – Secretária Municipal de Assistência Social de Botuporã (BA)

Maria Tereza Menezes – Professora de Serviço Social da UFF

Marília Vilela Yamamoto – Faculdade de Serviço Social da UERJ e coordenadora do Centro de Memória Otávio Ianni

Marisa Sefferman – Fórum Social Por Uma Sociedade Sem Manicômios

Matsuel Martins da Silva – Coordenador do Curso de Serviço Social da Uniceris – S. José do Rio Preto

Pâmela da Costa – Assistente Social

Rosário Vilas – Lic. T. S. Montevideo – Uruguai

Sandra de Faria – Faculdade de Serviço Social da Universidade Católica de Goiás, Pró-Reitora de Extensão

Serafim Fortes Paz – Diretor da Escola de Serviço Social da UFF

Viviane Souza Silva – Fórum de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente de Caçapava

Yolanda Aparecida Demetrio Guerra – Coordenadora da pós-graduação da Escola de Serviço Social da UFRJ

A posição das unidades

Professores da FEA

O corpo docente da FEA e suas direções acadêmicas repudiam veementemente a invasão da Reitoria da PUC-SP promovida por um grupo de alunos e pessoas estranhas à universidade, ocorrida durante a Audiência Pública sobre o redesenho institucional, na noite do dia 05/11. A invasão foi arbitrária e agressiva, inclusive depredando o patrimônio da instituição. Além disso, essa invasão deprecia a imagem da universidade, exatamente em um momento no qual toda a comunidade luta pela sua recuperação e que poderá culminar em sérias conseqüências para as inscrições ao vestibular.

A quem interessa essa invasão? Interessa aos professores? Interessa aos alunos? Interessa aos funcionários?

Não aceitamos ser reféns de uma pequena minoria que se proclama “defensora” da democracia na PUC. Nossa história demonstra quem realmente tem lutado pela manutenção de uma instituição humanitária e protagonista da construção de um ensino superior de qualidade e pesquisa de excelência no país.

Uma invasão realizada durante um ato democrático de Audiência Pública sobre o redesenho é o maior exemplo de autoritarismo e de antidemocracia.

Comfil

O Conselho Departamental da Faculdade de Comunicação e Filosofia reuniu-se no dia 14/11 e encaminhou três pontos básicos:

1) Adiamento e revisão do cronograma organizado pela Comissão de Redesenho Institucional para concluir seu processo;

2) Que a Reitoria constitua uma comissão para retomar as negociações com os estudantes;

3) Criar formas e estratégias para estimular a participação discente em todos os órgãos colegiados da universidade.

Faculdade de Psicologia

Professores e estudantes de Psicologia, em reunião geral da Faculdade, realizada no dia 13 de novembro de 2007, deliberaram por manifestar seu repúdio contra a ação da polícia que ocorreu para promover a desocupação do prédio da Reitoria.

Consideramos que tal fato, o do recurso à intervenção da Justiça e da força policial para resolver conflitos surgidos no encaminhamento de questões da universidade, não se justifica e põe em risco os princípios de convivência universitária que sempre defendemos.

A universidade pela qual sempre lutamos é a universidade que respeita a diversidade e a pluralidade de posições. A universidade pela qual sempre lutamos é a que preza seu caráter de instituição educacional e formadora de indivíduos e cidadãos críticos e conscientes de seu papel social. A universidade pela qual sempre lutamos é a que estabelece espaços de convivência democrática, que devem representar o exercício da prática política responsável e eticamente comprometida que queremos para toda a sociedade.

Lutamos por essa universidade em toda a história da PUC-SP e repudiamos qualquer episódio que se coloque na direção contrária aos princípios que defendemos. Devemos sempre fortalecer os mecanismos que favorecem relações democráticas, permeadas pelo diálogo e pela negociação, vias que devem ser

utilizadas sem limite, por todos os atores sociais presentes no espaço universitário.

Recorrer à Justiça e à força policial representa a negação desse caminho, representa delegar uma tarefa da qual não devemos abrir mão – a da construção coletiva dos processos de efetiva participação e decisão sobre os rumos que queremos para nossa instituição. Não podemos aceitar o recurso a medidas que nos tiram das mãos processos que são, por excelência, educativos.

Conclamamos todos os setores da universidade a enfrentarem o desafio de produzir relações construtivas em uma universidade onde caibam todos. Uma universidade que não comporta punições, mas responsabilização de todos e de cada um, motivo pelo qual nos posicionamos contrários a qualquer tipo de punição acadêmica aos alunos que ocuparam o prédio da Reitoria. Uma universidade, enfim, que, coletivamente, seja capaz de definir e lutar por seus projetos.

Não a formas violentas de convivência!

Não a ações da Justiça e da polícia para resolver questões da universidade!

Não a qualquer forma de punição dos estudantes!

Professores e alunos presentes à reunião geral da Faculdade de Psicologia em 13/11/2007

Faculdade de Serviço Social

Os professores da Faculdade de Serviço Social em reunião aos 12/11/2007, vem a público manifestar sua posição acerca da presença da Tropa de Choque da Polícia Militar na madrugada de 10/11/2007 na PUCSP.

Reiteramos nosso absoluto repúdio a todo e qualquer uso de força

como via de enfrentamento de conflitos políticos na Universidade.

Reiteramos a via do diálogo e da negociação como forma de consolidação da democracia e liberdade.

Defendemos:

- nenhuma punição;
- autonomia universitária e
- democracia e liberdade interna.

Centro de Ciências Humanas

A direção geral do Centro de Ciências Humanas, em conjunto com as direções das Faculdades de Comunicação e Filosofia, Ciências Sociais, Psicologia e o Departamento de Teologia, vêm lamentar profundamente o ato de invasão do espaço da Reitoria, por parte de um grupo de alunos e outras pessoas, estranhas à universidade, no último dia 5 de novembro, enquanto ocorria uma Audiência Pública sobre o redesenho institucional, no interior do TUCA.

Consideramos que este episódio, marcado por atos de violência, arbitrariedades e ações antidemocráticas, levando, inclusive, à depredação do patrimônio da instituição, contraria todas as formas que têm sido adotadas, historicamente, nesta universidade, para solucionar questões envolvendo todos os segmentos da comunidade puquiense – alunos, professores, funcionários –, conduzidas, sempre, no âmbito do diálogo, da negociação e do respeito. Lamentamos, ainda, que este episódio tenha ocorrido num momento no qual toda a universidade vem envidando os maiores esforços por sua recuperação.

Em nome de *nossa* história, marcada por princípios e procedimentos que visam garantir a pluralidade do diálogo e o respeito democrático às várias posições, a comunidade não pode aceitar atos arbitrários que ferem os princípios de respeito a esta pluralidade e as relações democráticas que sempre defendemos.

Contrários a atitudes que coloquem em risco o funcionamento de nossa instituição, e reafirmando a necessidade de diálogo e de atitudes responsáveis, éticas e construtivas que devem pautar nossas relações, manifestamos nossa absoluta discordância quanto aos métodos utilizados por esse grupo de alunos, que caracterizam este lamentável episódio.

Direção Geral do Centro de Ciências Humanas, Direção da Faculdade de Psicologia, Direção da Faculdade de Ciências Sociais, Direção da Faculdade de Comunicação e Filosofia, Departamento de Teologia e Ciências da Religião

Invasão, invasões

Jorge Claudio Ribeiro

Como participante e observador da vida da universidade, retorno a este espaço a fim de contribuir para a compreensão dos acontecimentos recentes. A forma mais opaca de analisar qualquer situação é tomá-la isoladamente e castrá-la de sua dinâmica. Tentemos, pois, uma visão mais ampla.

Primeiro, não é verdade que só o setor da Reitoria (eleita, mas nem por isso perfeita) foi invadido por um grupo de estudantes: *toda* a PUC-SP é que foi invadida, seu câmpus, sua vida institucional, história e democracia, construídas por tantos de nós ao longo de décadas. Também não é verdade que a ação de 5/11 nos pegou de surpresa. Roteiro de seguidas ameaças, ela foi o ápice de uma série de outras invasões: ao restaurante, ao Setor de Alunado, ao Tuca nas comemorações dos 60 anos, com o cadeiraço no Pátio da Cruz. Lembremos ainda das ocupações de sessões do Conselho Universitário, do afrontamento a Marilena Chauí em debate sobre o Redesenho, da queima por duas vezes de exemplares do jornal da universidade, da obliteração sonora do ambiente de aulas. Aliás, de várias ocasiões participou o representante estudantil no Consun, em flagrante quebra de decoro “parlamentar”.

Segundo, não é verdade que a madrugada de 10/11 foi a primeira vez, em 30 anos + 48 dias, que a polícia entrou na universidade. Pois em setembro de 2005 a corporação foi até um CA para prender um traficante que atuava por ali havia longa data. Ocorre que o motivo daquela ação permanece, só que com outros personagens, expondo toda a PUC-SP e sua comunidade. Para quê, mesmo, serve um CA? Será que

a diretoria não “sente o cheiro”? Não foi só pra isso que fizemos “*les baricades du désir*”...

Terceiro, insulta a inteligência dizer que a reintegração de posse pela polícia – com mandado judicial, a pedido da legítima autoridade universitária (que fez sua obrigação) – equivale à invasão do Erasmo, perpetrada a mando do Estado de exceção, oposto ao universal direito humano de reunião, representação e opinião. Toda violência é, de fato, repulsiva: vejam-se as imagens da chegada dos policiais (aliás, cadê o vídeo da invasão da Reitoria?). No entanto, a reintegração foi um ato segundo, *in extremis*, decorrente da violência originária, contra o corpo e a alma desta universidade. Fico a pensar se a invasão desses estudantes não foi uma armadilha, só para provocar a reintegração de posse: afinal, eles saíram tão mansos... Assim, o agressor se passa por agredido, e vice-versa.

Quarto, não é verdade que a Associação de Professores quis ser mediadora nesse impasse. Já em 2004, na gestão Ronca, houve invasão à Reitoria por estudantes, coincidentemente durante uma assembleia da APROPUC: ao informar o fato já em curso (eu vi), a presidenta da mesa se apressou a encaminhar uma moção de apoio aos invasores. Agora, em 2007, se não apoiou por escrito a ação, paternalmente a diretoria piscou um olho para “os meninos”. Quem não censura, aprova – pior, induz à irresponsabilidade; quem tomou parte não pode ser juiz. Com que direito essa diretoria se apropria do poder emanado de suas bases e toma posições sem ouvi-las? Com que direito dilapida o patrimônio moral de uma associação que é de todos? Me expliquem a intenção de um diretor ao afirmar, em entrevista à TV e rádio, que a “ocupação”

dos alunos foi pacífica... Como assim, “pacífica”, se foi invasiva? Como assim, “pacífica”, se os invasores usaram extintores de incêndio como aríete durante exatos doze minutos para, enfim, derrubar uma parede inteira? Se a diretoria da APROPUC tivesse assumido a defesa intransigente de nossa democracia e do espaço institucional de trabalho docente, talvez se credenciasse a intermediar e ajudasse a evitar a reintegração da forma como foi feita.

Quinto, urge rever o papel da APROPUC e a atuação de sua atual diretoria. A entidade vem amargando um longo processo de debilitação em seus quadros, reuniões e credibilidade, maquiando seu raquitismo ao tomar carona em assembleias de funcionários e em ações de estudantes. Certamente a APROPUC é necessária à universidade e, por isso mesmo, agora seria o momento ideal para sentir o próprio pulso e refundar-se. Um bom começo é a escuta pela direção às bases, que as tem, visto 573 professores sermos associados. Há várias formas de fazer isso: debate amplo, divulgação de e-mails de protesto e de apoio, plebiscito com auditoria independente e, a exemplo de democracias parlamentares, a renúncia desta diretoria, seguida de novas eleições. Se a direção continuar com os atuais procedimentos, a entidade estará condenada a um esvaziamento talvez irreversível.

Jorge Claudio Ribeiro é professor do Departamento de Teologia e Ciências da Religião



Quando erros são graves

Luiz Augusto de Paula Souza

Os últimos anos são, certamente, alguns dos mais difíceis de toda a história da PUC-SP. A enorme crise econômica e financeira da universidade, que motivou, inclusive, a intervenção da Mantenedora, criou uma conjuntura delicadíssima. É compreensível que tal contexto acirre ou crie novos conflitos e tensões.

A intenção aqui é exercitar, muito brevemente, meu direito de expressão e de posicionamento em face dos mais recentes conflitos e tensões. Primeiro em relação a determinadas atitudes dos estudantes que invadiram a Reitoria e, depois, em relação à APROPUC, entidade da qual sou membro e na qual, em outros tempos, participei da diretoria. Antes, porém, quero deixar bem claro o que já se entrevê: fui contra a invasão, por considerá-la inoportuna; e repudio a maneira truculenta utilizada pelos estudantes para realizá-la.

Os estudantes/invasores, como qualquer cidadão, têm o direito de defender e lutar por suas aspirações e posições políticas, mas não de depredar, de agredir, de achincalhar a PUC-SP, e também professores, gestores e outros estudantes (cf. *blog* da invasão), só porque têm posições distintas. Viva a diferença!

Embora o voluntarismo de algumas ações dos estudantes –

sobretudo quando realizadas por grupos insatisfeitos – seja também compreensível, em função da avidez, da intempestividade e do desejo de transgressão, típicos da juventude, não se justificam violências, verbal e física, depredação e desconsideração a regras de convivência institucionais, conquistadas pela comunidade universitária ao longo de décadas, em processos de construção e de luta.

Nesse sentido, embora o senso de humor seja muitíssimo bem-vindo, é sempre possível sutileza e elegância, mesmo com conteúdo corrosivo; o que é bastante diferente da grosseiria (escrita em português precário) que se viu estampada na entrada do *blog* da invasão. Aliás, essas manifestações não estão à altura da maioria dos estudantes da PUC-SP.

Os professores têm responsabilidades com a formação de seus alunos, a profissional, técnica e científica, mas também a ética, estética e política. Por isso mesmo, ao invés de paternalismo ou omissão, é hora de discutir com eles, entre outras coisas, a necessidade política e imperativa de se estar em condições de responder pelos efeitos concretos de nossos atos, pensando no mundo que queremos ajudar a construir: um no qual lutamos pelo que desejamos, mas de forma pacífica e responsável, ou, ao contrário, um no qual a regra é o vale tudo. Se a opção for a primeira, as conseqüências da

depredação e da violência correspondem a uma das dimensões que precisam ser assumidas pelos estudantes/invasores.

Neste episódio, a atual diretoria da APROPUC, a meu ver, não foi digna da Entidade que dirige. Senão vejamos:

A diretoria contesta com veemência a presença de policiais, chamados pela Justiça quando da ação de reintegração de posse das salas invadidas, mas não desaprova publicamente o método violento utilizado pelos estudantes/invasores.

A diretoria se oferece para mediar a relação dos estudantes/invasores com a Reitoria, sem possuir posição isenta, uma vez que suas declarações (no *PUCviva* e em e-mails e cartazes) mostram claramente adesão ao movimento, sobretudo para reiterar a oposição ao processo de Redesenho Institucional. Oposição para a qual, diga-se de passagem, não conseguiu mobilizar os professores em mais de um ano de atividades da Cori: no Consun, no *sítio* da PUC-SP e em debates, palestras e audiências públicas. Além disso, ao desqualificar o processo conduzido pela Cori, indiretamente faz o mesmo com aqueles que participaram mais ativamente, como, por exemplo, o Ceduc, do qual posso falar porque participei da comissão e das reuniões, ambas abertas e divulgadas aos professores, estudantes e funcionários. Inclusive com a participação ativa da

presidente da APROPUC em algumas reuniões.

A diretoria escreve editoriais e matérias no *PUCviva* e no site da APROPUC dizendo-se favorável ao diálogo mas, nos mesmos veículos e em letras garrafais, decreta o “assassinato” (da democracia na PUC), a “falência moral e política”; etc, etc. Esta ambigüidade corresponde, de fato, à posição em defesa do diálogo e, por conseguinte, da temperança? Tal comportamento, a meu ver, está mais próximo do cinismo ou, o que seria pior, de maniqueísmo diversionista, cuja finalidade é desviar a atenção dos objetivos efetivamente perseguidos.

A diretoria se aproveita do movimento dos estudantes para tentar encaminhar aquilo que não implementou por conta própria, ferindo um princípio historicamente caro à APROPUC (Entidade): nunca pegamos carona nos movimentos dos estu-

dantes ou da AFAPUC, mantendo independência e autonomia, bem como afirmando a existência de diferenças (mesmo quando há objetivos comuns) de papéis institucionais, de interesses e de métodos entre os segmentos. Após a desocupação, a campanha promovida pela APROPUC, por meio do *PUCviva* e de uma enxurrada de cartazes e e-mails, além de encampar, intensifica, nos termos dos estudantes, o movimento contra o processo do Redesenho, numa inequívoca demonstração de uso político daquele movimento.

Quanto a mim, considero a situação constrangedora. Se, nos últimos tempos, me sentia sub-representado, agora, mais do que não-representado, penso que a atual diretoria e, naturalmente, os professores que apoiaram seus métodos, tangenciaram fronteiras delicadas, institucionais e ético-políticas.

Por isso mesmo, peço à diretoria eleita que avalie sua condição para continuar à frente da Entidade. Além disso, quando a poeira baixar, acho que seria hora de realizar um Congresso de Professores da PUC-SP, para repensar princípios, objetivos, papéis e métodos de ação da APROPUC.

Por fim, nada de pessoal contra a atual diretoria, ao contrário, sempre tive relações cordiais com aqueles que, em alguma medida, convivi, mas não posso concordar, nem me omitir frente à condução política adotada: não a reconheço e, sob nenhum pretexto, posso continuar ajudando a patrociná-la.

Luiz Augusto de Paula Souza é professor do Departamento de Clínica Fonoaudiológica



ASSEMBLÉIA FUNCIONÁRIOS

27/11

Terça-feira
14h - sala 239

✓ Redesenho

Rola na rampa

APROPUC sedia debates sobre mudanças climáticas

Em conjunto com o Grupo de Estudos e Pesquisas Ambientais da PUC-SP, a APROPUC realiza nesta terça-feira, 27/11, dois debates acerca do 4º Relatório do Painel Internacional de Mudanças Climáticas, a gravidade do aquecimento global e suas consequências no planeta. O primeiro acontecerá às 9h,

com a presença de Marijane Lisboa, Erson Martins e Maurício Broinizi. Mais tarde, às 19h, José Arbex Jr., Ricardo Barreto e Matilde Melo discutem as questões. O evento também marcará o lançamento do nº 29 da Revista *PUCviva*, que discute os desequilíbrios da natureza sob variados pontos de vista.

Confira a programação da Videoteca

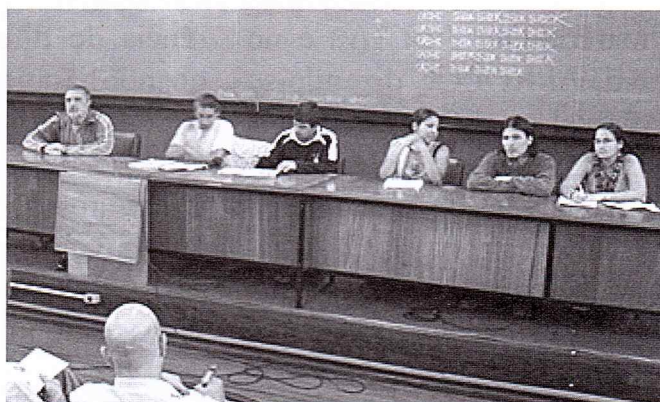
Nesta semana a Videoteca retoma a exibição das mostras *Futebol é arte - uma paixão nacional* e *60 anos do Holocausto*. A primeira apresenta filmes com histórias sobre os bastidores do futebol. Também são apresentados títulos que se valem do esporte como pano de fundo para abordar temas como o feminismo e a guerra. Nesta segunda-feira, 26/11, serão exibidos

dos *Penalidade Máxima*, às 12h e *Hooligans*, às 17h. Já a segunda mostra procura resgatar parte da história do genocídio executado pelo regime nazista, apresentando filmes de ficção e documentários que retratam o Holocausto através de diferentes ângulos. Serão exibidos na terça-feira, 27/11, *Herói por acaso*, às 12h e *Shoah*, às 17h.

Procura-se máscara CPAP

O estudante Jorge Rogério Pequín, do curso de Ciências Sociais, está em busca de ajuda para adquirir uma máscara CPAP para 8cm H2O. As pessoas que eventualmente possam emprestar esse material podem entrar em contato com Jorge através

do e-mail jorgepequin@hotmail.com. Segundo ele, o valor da máscara pode chegar a R\$2.100. Caso alguém deseje fazer uma doação em dinheiro, o número da conta corrente é: Banco Nossa Caixa - agência 0400-6 - c/c: 01/059.862-0.



MARCELA ROCHA

O mediador José Arbex Jr. (esq.), com os participantes do debate.

Estudantes da América Latina debatem seus países

Na quinta-feira, dia 22/11, ocorreu o último dos *Encontros da América Latina*. Esse ciclo de debates, organizado pelo Núcleo de Estudos de Jornalismo Perseu Abramo, em parceria com a Escola Nacional Florestan Fernandes, do MST, e o Departamento de Jornalismo da PUC-SP, pretendeu trazer para a universidade o debate sobre a atual conjuntura política e social do continente latino-americano. Esse último evento contou com a presença de estudantes do México, Paraguai, Nicarágua, Colômbia e Venezuela. Cada um deles fez um breve relato sobre a atual situação de seu país, as dificuldades que os movimentos sociais enfrentam frente às reformas neoliberais que vêm sendo implementadas a todo vapor e contou um pouco de sua experiência atuação na militância por uma sociedade igualitária. Juan López, o convidado mexicano, alertou para a crescente militarização de seu país, justificada com o pretexto de combater o narcotráfico. Ele denunciou ainda a reforma do

código penal mexicano, que vem sendo articulada de modo a criar condições para a criminalização dos movimentos sociais. Outra ressalva que López fez foi por causa do Tratado de Livre Comércio do Atlântico Norte, que segundo ele faz com que os produtos primários mexicanos tenham que competir com os estadunidenses, subsidiados pelo governo, e que isso está ameaçando a soberania alimentar do país. Diogo Rivera, estudante colombiano, alertou para a construção em seu país do que chamou de "regimento narcopara-militar, financiado por 3 setores: os 'independentes, o capital nacional e as transnacionais". Diogo lamentou ainda o aprofundamento do neoliberalismo na sua pátria, e criticou a política de "tolerância zero" implementada em Bogotá para diminuir a violência. Segundo ele, essa prática "não modificou em nada a condição de miséria das camadas mais pobres, nem derrubou o narcotráfico. Serviu apenas para manter a elite afastada da realidade".